A TARDE
SALVADOR, 2 DE JULHO DE 2007

Rio da Liberdade

Estratégico nas lutas pela separação do Brasil de Portugal de 1822 a 1823, o Paraguaçu se consolidou como o manancial da integração baiana. A partir do combate às suas margens, em Cachoeira, outras vilas aderiram à causa da independência. Além de palco de batalhas, os seus 600 km de extensão sintetizam a diversidade cultural da Bahia. Na imagem, a beleza de São Francisco do Paraguaçu.

Este caderno é parte integrante do jornal A TARDE, não pode ser vendido separadamente.

INDEPENDÊNCIA | Das margens do Paraguaçu começou o movimento em direção à libertação baiana do domínio português

Com a bênção da água

No dia 25 de junho de 1822, a cidade de Cachoeira era um burburinho só. Um grupo de cidadãos influentes, tanto do ponto de vista econômico quanto intelectual, acabava de aclamar, em praça pública, o príncipe dom Pedro como regente do Brasil. Foi a deixa para que, das margens do Rio Paraguaçu, partissem tiros de uma escuna-canhoneira que o brigadeiro português Madeira de Melo havia mandado a uma das principais vilas baianas.

Este é só um indício de como o Paraguaçu foi estratégico para os acontecimentos que em 2 de julho de 1823 contribuíram para solidificar a libertação do Brasil da condição de colônia de Portugal. A batalha durou três dias até que o rio deu uma forcinha para os baianos. A maré baixou e os portugueses ficaram sem condições de navegação. Pronto! Ali começava a união das vilas do Recôncavo em torno do projeto de um Brasil completamente independente.

Mas não é apenas o Recôncavo que é unido pelo Paraguaçu. Ele pode ser considerado o rio da integração baiana, pois, por meio dos seus 600 km de extensão, liga três ecossistemas diferentes: cerrado, caatinga e mata atlântica, reunindo a biodiversidade impressionante que eles comportam. Ao longo de suas margens estão as regiões da Chapada Diamantina, Sertão e Recôncavo.

A descoberta do Paraguaçu é situada entre 1501 e 1502, ou seja, logo no início da história oficial do Brasil. O nome, uma corruptela da palavra indígena peruassú, destaca sua abundância: "rio grande" ou "mar grande".

Foi também por meio dele que a Bahia se estendeu. Suas águas levaram sertanistas até onde hoje se chama a Chapada Diamantina. Na verdade o caminho era de retorno, afinal, é lá, a partir de uma pequena poça no município de Barra da Estiva, que começa o seu caminho. Ganhando força a cada trecho, o Paraguaçu vira um gigante até se misturar totalmente ao mar em Barra do Paraguaçu, povoado do município de Salinas da Margarida, já na Baía de Todos os Santos.

Rico em fauna, flora, lendas, religiosidade e tipos humanos marcantes, o Paraguaçu merece o posto que a História acabou lhe dando: o marco inicial da liberdade baiana.

Universo mágico |

Caipora

Um ser que vive nas matas. Tem os pés voltados para trás e faz com que as pessoas que a encontrem fiquem completamente perdidas e se esqueçam de tudo. A punição vale para quem desrespeita árvores, flores, rios e lagos.

Mãe d´Água

É a mais conhecida das figuras mitológicas da cultura do Paraguaçu. Sua forma varia muito: como sereia ou como uma bela moça que sai das águas. É um encontro entre a lenda da sereia, da Iara indígena e também de divindades africanas, como Oxum e Iemanjá.

Nego d´Água

É tido como um ser que gosta de assustar quem se encontra vagando no entorno do Paraguaçu. Seu nome não deve ser pronunciado na beira da água, principalmente ao anoitecer e em noites de lua cheia. Há quem jure de pés juntos já ter encontrado com ele, que é alto, negro e muito forte, com olhos vermelhos. Está presente nos relatos de todo o Paraguaçu.

Perais

É o nome dado para trechos do rio que se diz não terem fundo. É uma espécie de alerta sobre a sacralidade das águas, que não devem ser temidas, mas merecem respeito e cautela. São lugares tidos por ter capacidade de tragar nadadores relapsos ou que desafiem a força das águas. Há um dito famoso em relação a isso: "O Paraguaçu gosta de quem não sabe nadar, porque quem sabe já é dele".

Sucuiuba

É o nome que se dá à cobra sucuri nas áreas do Paraguaçu. Gigantesca, podendo chegar até 10 metros, no imaginário das populações ribeirinhas ela ganhou ares de ser fantástica: é descrita como tendo olhos azulados à noite, chifres e com preferência na alimentação por bodes e bois, cujos ossos parte com seu bote antes de engoli-los.

Os Caminhos do Rio

O rio abastece 85 dos 417 municípios baianos e sua extensão representa 11% do território do Estado |

ALTO PARAGUAÇU |
O trecho concentra a maior parte dos rios e riachos que desaguam no Paraguaçu (tributários). O Centro de Recursos Ambientais (CRA) desenvolve desde 2003, projeto de recuperação de matas ciliares e tratamento de resíduos sólidos. O projeto acaba de entrar agora em sua segunda fase. Ele está sediado nos municípios de Palmeiras, Lençóis e Ibicoara.

Principal barragem
APERTADO (Mucugê)
Inauguração: 1998
Altura: 23,7 metros
Capacidade: 108 milhões de metros cúbicos de água. A barragem pode irrigar até 8,4 mil hectares. Sua principal função é possibilitar a produção agrícola irrigada.

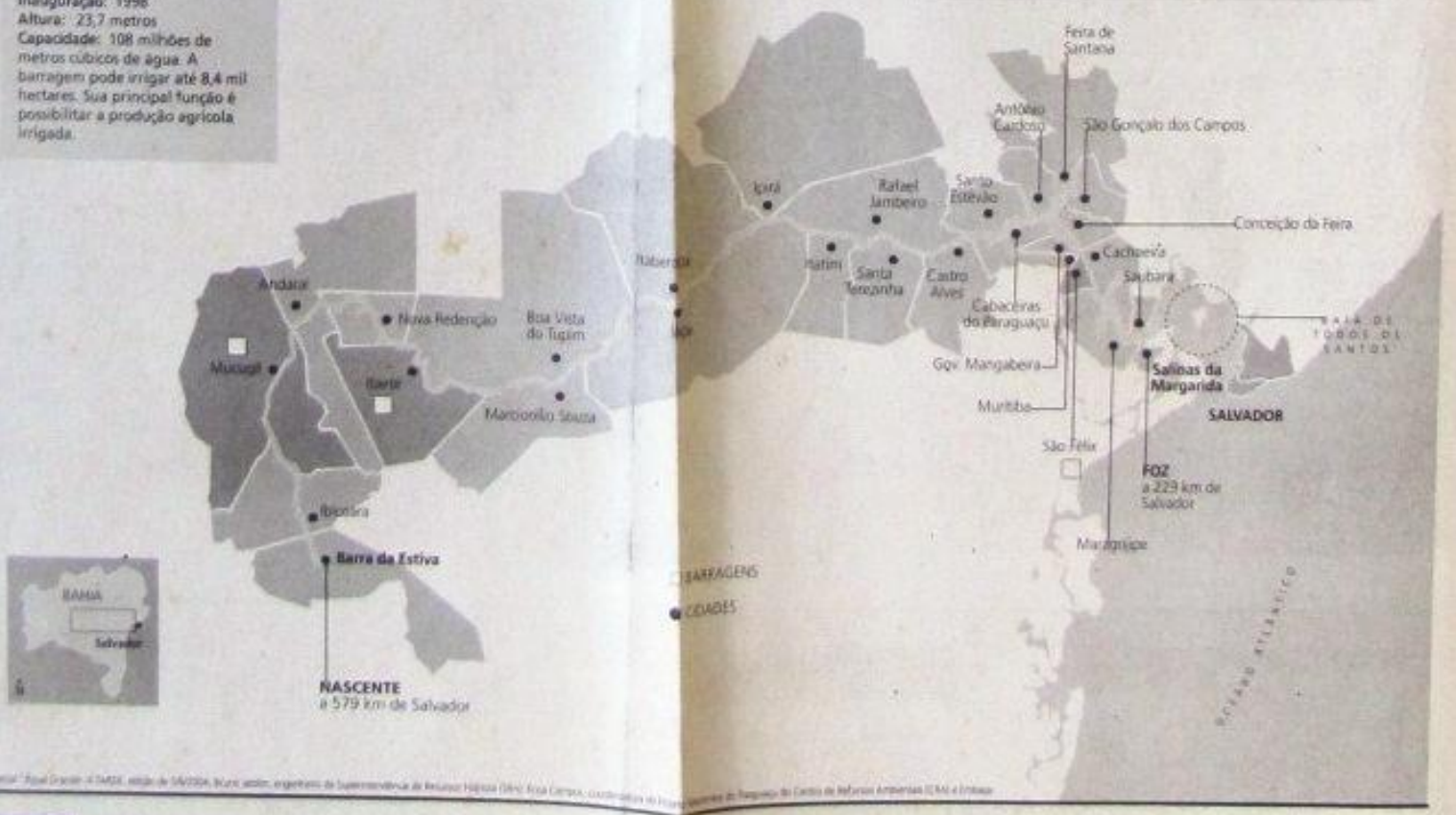
MÉDIO PARAGUAÇU |
Também conhecido como região das "águas grandes", pois o Paraguaçu chega fortalecido pelos seus tributários da Alta Chapada.

Principal barragem
BANDEIRA DE MELO (Itaetê)
Inauguração: 2006
Altura: 19,1 metros
Capacidade: Até 111,59 milhões de metros cúbicos de área. Sua construção tem como objetivo o desenvolvimento da piscicultura.

BAIXO PARAGUAÇU |
O Paraguaçu já se encontra com a água do mar em direção à sua foz, em Barra do Paraguaçu.

Principal barragem
PEDRA DO CAVALO (São Félix)
Inauguração: 1985 (em 2005, uma usina hidrelétrica foi inaugurada no complexo)
Altura: 125 m
Capacidade: 3,636 milhões de metros cúbicos

Já é responsável pelo abastecimento de 60% da água consumida em Salvador. A barragem foi criada também para controlar as cheias que atormentavam Cachoeira e São Félix. Mas a construção é apontada como desreguladora do equilíbrio natural na região, fazendo com que o trecho do Paraguaçu, já em área de maré, tenha água salgada de mais ou de menos, o que provoca desaparecimento temporário de espécies.



Fonte: [illegible] de SAI/SEIA, lições, gestão, engenheiro da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) Rosa Campos, coordenadora do Programa Monitoramento de Mananciais do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Embasa

EXPEDIENTE

Editor-Chefe Florisvaldo Mattos ■ Secretários de Redação Paulo Oliveira e Wilson Gasino ■ Coordenação da Editoria Salvador Marlene Lopes ■ Projeto Editorial Cleidiana Ramos ■ Revisão Cristiane Sampaio e Sueli Afonseca ■ Projeto Gráfico e Diagramação Axel Augusto e Marcelo Campos ■ Infografia Gil Maciel e Maria [illegible] ■ Edição Cláudio Leal e Cleidiana Ramos ■ Edição de Fotografia Carlos Casaes e Gildo Lima

BATALHA I A partir do combate em Cachoeira o sentimento pró-independência aumentou com a adesão de outras vilas à causa

Recôncavo abriu as portas para a liberdade da capital

SYLVIA VERÔNICA
sveronica@grupoatarde.com.br

O sentimento separatista já impregnava os ânimos dos brasileiros quando um acontecimento precipitou a formação do movimento de resistência à presença lusitana. O fato foi a nomeação, no dia 15 de fevereiro de 1822, do brigadeiro Ignácio Luiz Madeira de Melo para o comando das Armas da Província da Bahia. A ordem da nomeação veio das Cortes, o parlamento português, responsável pela administração de Portugal e suas colônias após a revolução liberal do Porto, em 1820. A revolução criou a monarquia constitucional, levou D. João VI de volta a Portugal e promoveu a recolonização do Brasil.

A insatisfação dos brasileiros com a presença do militar português Madeira de Melo deflagrou conflitos em Salvador. De acordo com Luís Henrique Dias Tavares, em *História da Bahia*, Madeira de Melo chegou e logo pediu aos comandantes dos fortes de São Pedro, Santo Antônio e Barbalho que reconhecessem sua autoridade. A reação dos oficiais brasileiros foi a de argumentar que era ilegal aceitar um decreto de Lisboa sem a aprovação da Câmara. Os comandantes militares ainda sugeriram, para solucionar o impasse, a formação de uma junta militar formada pelo brasileiro Manuel de Freitas Guimarães, antecessor de Madeira de Melo, e o próprio Madeira de Melo, que recusou a proposta.

Foi o bastante para que o conflito acontecesse, quatro dias depois, no dia 19 de fevereiro. Os fortes foram bombardeados pelos portugueses, e os religiosos moradores dos conventos próximos foram afetados. Foi assim que a abadessa sóror Joana Angélica foi morta, ao tentar impedir a entrada de soldados no claustro das religiosas concepcionistas. Os portugueses recebiam reforços, inclusive de tropas expulsas do Rio de Janeiro, onde a vantagem era dos brasileiros, sobretudo depois do Fico do príncipe dom Pedro.

Foi na tentativa de reequilíbrio de forças que os baianos começaram a buscar refúgio nas cidades do Recôncavo: Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, São Francisco do Conde. "Essas cidades viraram focos de resistência. Nelas, os militares inventariaram armas e homens. Os senhores de engenho controlavam e financiavam as milícias. Os escravos começaram a formar os pelotões patrióticos nessa época, os chamados Periquitos, que derrotariam Madeira de Melo no 2 de julho de 1823", destaca o historiador Manoel Pereira.

SALVADOR SUFOCADA – Nas lutas pela independência, destacaram-se as figuras femininas da cachoeirana Maria Quitéria, que enfrentou portugueses e participou da tomada da barra do Paraguaçu com farda e usando o nome "soldado Medeiros", e de Maria Felipa, que participou de combates na Ilha de Itaparica. A movimentação das milícias da resistência brasileira acabou por sufocar Salvador, que, privada dos mantimentos que chegavam justamente do Recôncavo, sofreu com a fome, a alta de inflação, o aumento do número de pedintes nas ruas.

Cachoeira era o símbolo da resistência brasileira, formalizada em documentos com o posicionamento político. Em *História da Bahia*, Luís Henrique Dias Tavares publicou trecho da carta da Câmara da Vila de Cachoeira ao príncipe dom Pedro:

"Senhor – o leal e brioso povo do districto de Cachoeira, de quem temos a honra de sermos órgão, acaba de proclamar a V.R.A. como regente constitucional e defensor perpétuo do reino do Brasil. Debalde o verdugo da Bahia, o opressor Madeira, quis renovar nesta vila as sanguinosas catástrofes do dia 19 de fevereiro e seguintes da capital da província. Debalde tentou ainda argumentá-las, destacando neste rio uma escuna artolhada, para bombardear, por alguns dias, com balas e metralha, não só os honrados cachoeiranos (cujo crime todo consistia em quererem ser brasileiros e súditos de V.A.R.), mas até seus inocentes edifícios. Semelhante afronta, senhor, foi dignamente repelida pelo denodo e patriotismo deste povo, e o comandante da referida escuna, com mais 26 pessoas a bordo, ficarão presos à ordem de V.A.R., tendo se rendido a discrição na noite do dia 28 de junho, depois de renhido combate de três horas".

A carta dava conta do combate realizado às margens do Paraguaçu, o primeiro movimento insurrecional, com vitória dos brasileiros, que montou as bases para a vitória dos baianos no 2 de julho de 1823, e a expulsão definitiva da colonização dos portugueses.

25 DE JUNHO – O combate foi deflagrado depois que Madeira de Melo soube de uma possível ação dos baianos na região do Paraguaçu. Mandou então que uma canhoneira subisse o rio e se colocasse em frente à cidade na tentativa de garantir que não haveria ameaça. Os proprietários rurais e de engenhos decidiram então proclamar dom Pedro Regente do Brasil e trataram de reunir tropas nas localidades de Belém e Iguape.

Os soldados chegaram a Cachoeira no dia 25 de junho e, diante da presença da canhoneira portuguesa, realizaram sessão na Câmara para aclamar a regência de dom Pedro e dispararam tiros para o alto em comemoração. Foi o suficiente para deflagrar a batalha. Quando se retirava, três dias depois, a canhoneira encalhou e os portugueses renderam-se. No 7 de setembro de 1822, os conflitos continuavam na Bahia. O francês Pedro Labatut e seu exército de escravos tomados à revelia nos engenhos do Recôncavo lutariam até o 2 de julho do ano seguinte.

Maria Quitéria tornou-se um ícone da presença feminina nos combates

A divisão de forças nas lutas pela independência concentrou, em Salvador, o poderio bélico dos portugueses e, em Cachoeira, a resistência baiana sustentada pelo respaldo econômico dos senhores de engenho.

A batalha entre cachoeiranos e portugueses durou três dias, até a rendição dos lusitanos.

ARTIGO I

Manancial de união política e econômica

MANOEL PASSOS PEREIRA |
HISTORIADOR

Desde os tempos coloniais que o Rio Paraguaçu tem mantido importantes movimentos por via de abundantes cabotagens em grandes barcos, com intenso tráfego para atender ao comércio ribeirinho que liga o Recôncavo a Salvador.

Nessa época, eram o barco e o saveiro as embarcações predominantes. Ainda hoje em dia, o barco mantém o domínio como o meio de transporte hegemônico no grande rio. Ele chegou até a concorrer com o vapor nos tempos idos.

O porto da Vila de Nossa Senhora do Rosário se constituiu no mais importante da capitania, depois Província da Bahia. Em 1757, o padre João Batista dos Santos afirmou:

"É o Paraguaçu o rio de maior comércio, porque todo o tabaco e milho que se colhem na Cachoeira, em todas as freguesias circunvizinhas e de alguns sertões e de todos os mineiros, que com seus cabedais descem das minas para a Bahia, saem por este rio, e não menos todas as farinhas que se lavram em Maragojipe e outras freguesias, açúcares, arrozes, feijões, legumes e todos os víveres que produz o Iguape, que abundam na vila".

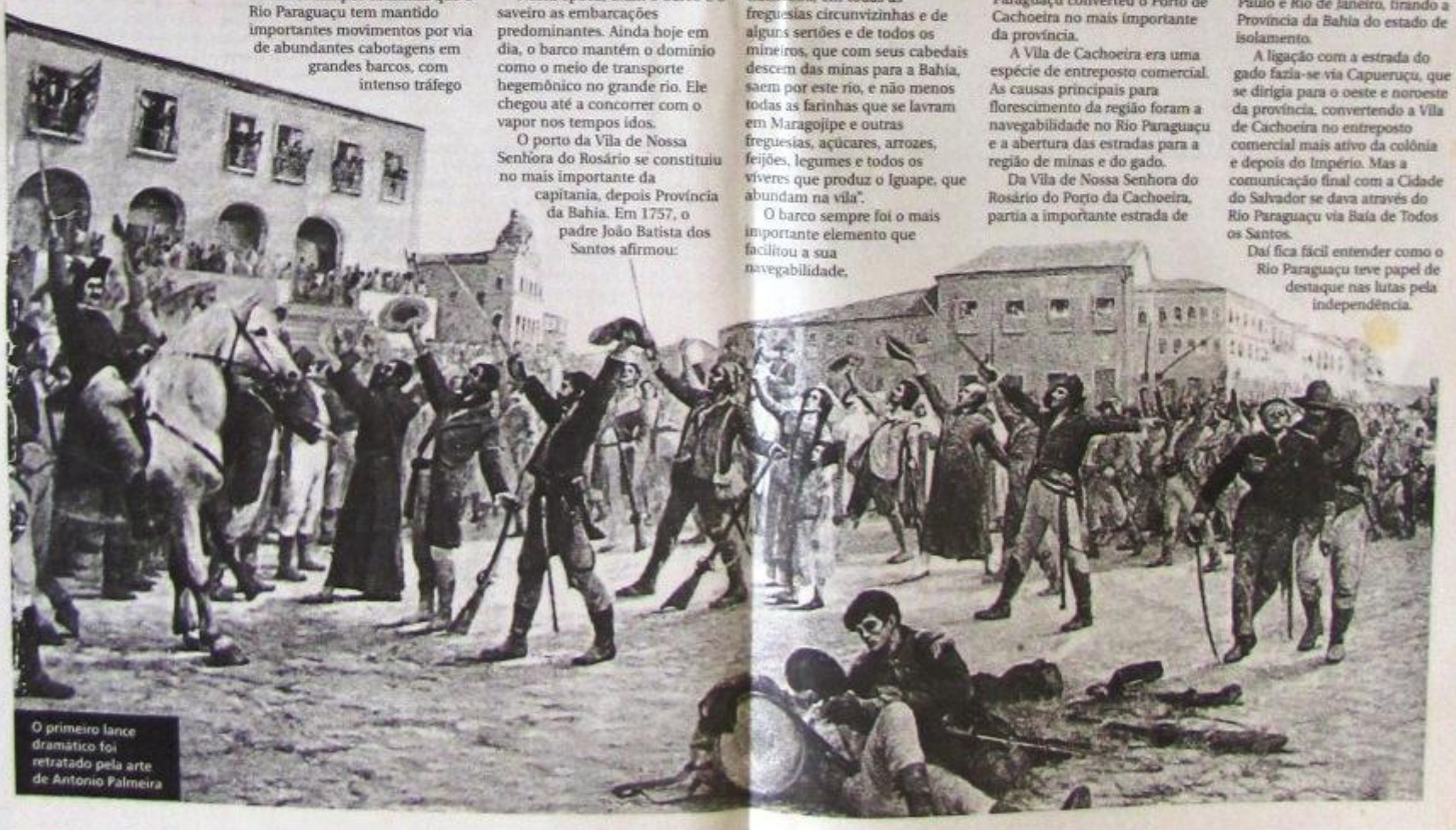
O barco sempre foi o mais importante elemento que facilitou a sua navegabilidade, simbolizou e contribuiu plenamente para a sua ocupação. A navegação no Rio Paraguaçu converteu o Porto de Cachoeira no mais importante da província.

A Vila de Cachoeira era uma espécie de entreposto comercial. As causas principais para florescimento da região foram a navegabilidade no Rio Paraguaçu e a abertura das estradas para a região de minas e do gado.

Da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, partia a importante estrada de Belém para o sertão. A estrada de Muritiba se comunicava para o sul, especialmente Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, tirando a Província da Bahia do estado de isolamento.

A ligação com a estrada do gado fazia-se via Capueruçu, que se dirigia para o oeste e noroeste da província, convertendo a Vila de Cachoeira no entreposto comercial mais ativo da colônia e depois do Império. Mas a comunicação final com a Cidade do Salvador se dava através do Rio Paraguaçu via Baía de Todos os Santos.

Daí fica fácil entender como o Rio Paraguaçu teve papel de destaque nas lutas pela independência.



O primeiro lance dramático foi retratado pela arte de Antonio Palmeira

Linha do Tempo

Na festa da Independência, vale a reverência ao povo indígena

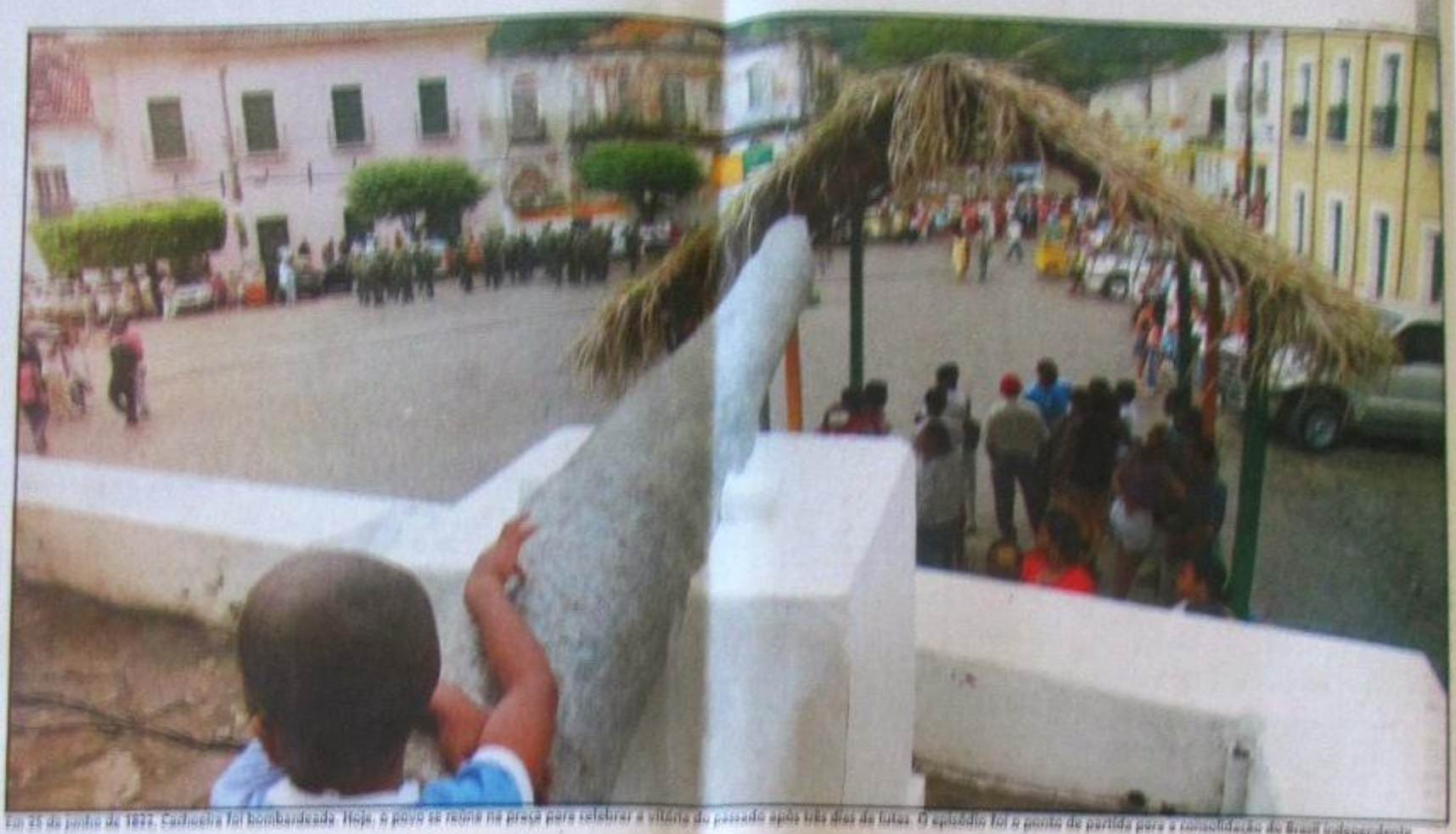
1822. Fevereiro

Tropas portuguesas tomam o Forte de São Pedro, onde estavam oficiais e soldados brasileiros que resistiam ao português Inácio Luis Madeira de Melo como governador de armas na Bahia I

Chamada de "A Heróica", Cachoeira joga seus muitos encantos

1822. Junho

Cachoeira é bombardeada por uma escuna canhoneira portuguesa. Após três dias de luta, os baianos vencem. É o início da adesão de outras vilas do Recôncavo à causa da Independência I



Em 25 de junho de 1822, Cachoeira foi bombardeada. Hoje, o povo se reúne na praça para celebrar a vitória do passado após três dias de lutas. O episódio foi o ponto de partida para a consolidação do Brasil independente

ESTRATÉGICOS | A ligação entre a Baía de Todos os Santos e o rio é cenário constante na narrativa de fatos da história baiana

Integração preciosa

SYLVIA VERÔNICA

Para entender a sucessão de fatos históricos desde a chegada dos portugueses à costa baiana, o início da colonização até os movimentos pela libertação do Brasil dos domínios de Portugal, é preciso considerar a importância do rio e de uma boa ligação regular entre dele e os portos baianos. Todos foram levados pelos caminhos da água – o galeão que os portugueses chamavam de Todos os Santos e o Rio Paraguaçu, o maior rio da Bahia.

A posição estratégica do rio, que desagua na baía, determinou-lhe um papel de destaque econômico e foi utilizada em momentos decisivos na definição de batalhas vitais. É isso que o Paraguaçu tem uma importância fundamental na atuação do povo da terra na guerra pela independência do Brasil.

"Salvador, a baía e o Paraguaçu têm uma relação tão íntima que é impossível não estabelecer a associação entre os três. A circulação de riquezas segue essa orientação, escolhendo os caminhos", ressalta o historiador Manoel Passos Pereira.

Voltando aos primeiros anos da colonização, quando a comunicação por estradas era precária, Salvador se isola do isolamento quando comunica-se com as cidades do Recôncavo por meio do Paraguaçu, ou com outras regiões pela navegação na baía.

Na chegada nada casual ao Brasil, os portugueses encontraram os índios tupinambás nas terras férteis às margens do Paraguaçu. Foi em 1501 que a expedição de Américo Vespúcio percorreu toda a costa da Baía de Todos os Santos, avançou a Barra do Paraguaçu e navegou no adentro. A descoberta deste litoral não foi exclusiva dos navegantes de Lisboa. Os franceses também chegaram à costa naqueles anos e começaram a explorar as riquezas naturais da terra, cortando madeira para carregar navios e rumor de volta à Europa.

O avanço dos portugueses e franceses no acima promoveu a devastação da mata e a ocupação das áreas que se tornariam as cidades de Cachoeira e São Félix. E, aliás, os

Os navegantes que seguiam a caminho do Oriente paravam para abastecer os seus com a água do Paraguaçu, farinha e outros mantimentos. E a baía recebia gêneros trazidos de Portugal, escravos da África e especiarias da Ásia.

A partir de Salvador, eram distribuídos a mão de obra escrava e os produtos manufaturados europeus para toda a colônia, por meio das rotas marítimas e das estradas que levavam a produção para o interior do País a partir do Recôncavo.

navegantes começaram a ser construídos os engenhos de açúcar e os alambiques. "Cachoeira era a mata em dimensão territorial. Feira de Santana, Santo Amaro, Conceição da Feira, como outras, eram freguesias de Cachoeira. Para se ter uma ideia do que esse eixo cidade era um centro econômico, a produção agrícola e todo o açúcar produzido nessas terras eram todos eram escoados pelo rio até Salvador e, então, abastecidos e cidade e eram exportados", relata Manoel Pereira.

Foram formando-se então alguns núcleos de povoamento, entre eles Belém e São Pedro Velho. A partir desses povoados o Paraguaçu foi determinante na ligação entre o Recôncavo e o interior do Brasil. Três estradas permitiam essa ligação. Eram elas a de Sinimbu, que partia do porto de São Félix até Rio de Contas, permitindo ligação até Minas Gerais; Goiás e Rio de Janeiro; a de Belém, que partia de Cachoeira para o interior do Brasil, e a de Capoeiruçu, que a partir da comarca de Jacobina chegava até onde hoje é o estado do Piauí, por onde se fazia o transporte de gado.

"Durante muitos séculos, o contato de Salvador com outras regiões aconteceu pelo mar. As estradas só ocorreram na forma moderna na década de 50 do século passado, com a descoberta do petróleo e o consequente investimento de outras áreas do Estado", aponta Manoel Pereira.

PROVEDOR – Não se pode dizer que não havia produção agrícola em Salvador, pelo menos em suas fronteiras, zona rural que, naquela época, ficava no entorno do que hoje é o Centro Histórico. Mas a maior parte dos produtos que abasteciam a cidade vinha do Recôncavo e, como ressalta o historiador Ubiratan Castro, Salvador funcionava com a estrutura que dava condições para que a produção que vinha do Recôncavo fosse fiscalizada e taxada pelos portugueses. Por isso, Salvador abrigava a alfândega e o porto.

Na ocupação holandesa, em 1624, a fartura do Recôncavo foi alvo de saques. Há registros de que a igreja de São Pedro Velho e a Casa de Misericórdia de São Félix foram alguns dos pontos de pedreira, se for boa rachinga d'arte, e a lugares pedra entre ela e a ponta podem caminhar, ao mais baixo da dita rachinga foi braça e meia. Aqui estivemos tomando água e lenha e carregando as redes, que dos tempores que nos dias passados nos deram, estavam desaparelhados. Neste baixo achamos um homem português que havia vinte e dois anos que estava nesta terra, e deu-nos larga de que toda havia. Os principais homens da terra estavam fazer obediência ao capitão, e nós trouxemos muito mantimento, e fizemos grandes festas e bailes amostrando muito prazer por aqui sermos vindos".

Uma vista do porto do Paraguaçu em Maragojipe. O movimento ainda era forte nos fins da década de 1960

Geografia facilitou circulação de bens

O sistema econômico formado pela baía e pelo Paraguaçu estava consolidado apenas três décadas depois do início da colonização oficial, em 1549.

Salvador tinha proteção natural e era passagem praticamente obrigatória para reposição de água potável dos navios que seguiam para as Índias. Nas cartas dos navegadores há diversos relatos sobre as riquezas que encontravam.

Em trecho de seu diário de bordo, extraído do livro Memórias históricas e políticas da província da Bahia, de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva & Braz H. do Amaral, o navegador Pero Lopes de Sousa descreveu o que os seus olhos viam na chegada à Baía de Todos os Santos e fez referência ao português Diogo Álvares, o Caramuru, revelando que sua presença nas novas terras facilitou a recepção dos navegadores estrangeiros:

"Domingo 13 dias do mês de março pela manhã saímos de terra quatro léguas; e como nos achegamos mais a ela reconhecemos ser a Baía de Todos os Santos; e ao meio dia estivamos nela. Vai-se a entrada norte-sul, tem três ilhas: huma a sudoeste, e outra ao norte, e outra ao noroeste; do vento sul-sudoeste é desabrigada (...) Em terras, na ponta do pedrame, tomei o sol em trese graus e huma quarta. Ao mar

Linha do Tempo 1

Os chamados emissários trazem a notícia para a grande festa

1822, Julho

O general francês Pedro Labatut assume a organização militar das tropas cuja principal objetivo era tomar a capital Salvador do domínio português. A principal estratégia de Labatut foi cercá-la pela baía. ↓

Na Bahia, dia de festejar o Brasil livre e diversos o 2 de Julho

1822, Setembro

Às margens do Riacho do Ipiranga, em São Paulo, dom Pedro proclama a separação do Brasil de Portugal, tornando-se o governante do país como o Imperador. Na Bahia, a guerra continua ↓

TRIBUTO | Seus nomes não passaram para os livros de história, mas deixaram seu legado de resistência para a gente do Recôncavo

Povo heróico une o presente ao passado

LUIA DE SOUZA
luiasouza@grupoatarde.com.br

Amanhã tinha acabado de levantar, mas aqueles homens já estavam às margens do rio, em São Francisco do Paraguaçu, povoado de Iguape, distrito de Cachoeira. As áreas ribeirinhas do Rio Paraguaçu são repletas de personagens encantadores, revela um passeio à região.

"Sem esse rio, nós não *seria* nada, *morreria* tudo de fome", sentencia Antônio Lázaro dos Santos Costa, 58 anos. Ao lado de Lalau – alcunha de Antônio Lázaro, pois pescador que se preze tem de ter um apelido –, Antônio Garcia Sanches (Queima-Roupa), 52, denunciava o consumo de uma costumeira companhia de pescaria do grupo.

Desde o dia anterior, no dizer deles, encarcavam o dente na bubuia. "E vocês vão pescar assim mesmo?" "Iamo, até anima a gente. O peixe sente o cheiro da bubuia e vem", brinca Lalau. Dava mesmo para sentir o aroma da cachacinha, a "bubuia" que faz a delícia dos pescadores. Não tarda a despontar, à beira do rio, Francisco Oliveira Conceição, o Cabelo, 75 anos. A prosa, então, rolou solta.

Olhar atentamente para essa população humilde do Recôncavo é fazer uma viagem ao passado. E perguntar quem é essa gente e qual a sua história. Região-chave para os desdobramentos da luta pela independência, 185 anos atrás, culminando no Dois de Julho, a participação popular foi decisiva para a vitória brasileira sobre os portugueses.

"Os heróis da independência não são aqueles com os nomes escritos nos anais da história", enfatiza o historiador Luís Claudio Henrique Tavares, em reforço ao coro daqueles que andam na contramão da historiografia tradicional.

Gente do povo, pessoas simples, da cepa de Lalau, Queima-Roupa e Cabelo. Estes, sim, foram os heróis da independência. Juntaram-se a pescadores, caboclos, vaqueiros, trabalhadores da zona fumageira, escravos fugidos ou cedidos pelos senhores de engenho para formarem os chamados "batalhões patrióticos". Tais grupamentos de voluntários foram os artífices da ocupação das terras do Recôncavo e da Ilha de Itaparica.

Esta primeira fase da guerra, que vai de 25 de junho a outubro de 1822, conforme o historiador Luís Henrique Dias Tavares relata em seu livro *História da Bahia*, foi fruto justamente da "iniciativa regional dos produtores e lavradores do Recôncavo, em ligação com os oficiais militares e intelectuais que haviam deixado Salvador".

> **"Os heróis da independência** não são aqueles com os nomes escritos nos anais da história"
>
> **Luís Claudio Henrique Tavares,** historiador

Quando o general Labatut chegou, em 29 de outubro de 1822, os batalhões já tinham ocupado todo o Recôncavo e Ilha de Itaparica. Nesse momento, o militar francês passa a atuar na consolidação das posições conquistadas, na disciplina e comando das tropas regulares e dos batalhões de voluntários.

SONHO POPULAR – Como o Brasil, naquela época, não tinha ainda o Exército constituído, o que aconteceria só a partir da Guerra do Paraguai, o general Labatut solicitou aos senhores de engenho em Cachoeira que cedessem escravos para as tropas. "No final das contas, a gente vai perceber que as tropas formadas para combater em Salvador não eram compostas por "pessoas relevantes". Eram caboclos, negros e pobres que se alistaram voluntariamente para barganhar uma melhor condição econômica e de vida", ressalta Luís Cláudio.

Os núcleos ribeirinhos funcionavam como suporte, ficando na retaguarda, servindo como vigilantes na observação do movimento das embarcações na guerra. As populações dos engenhos que margeiam o Rio Paraguaçu ficaram de sobreaviso, e se armaram de canhões para a presença de tropas portuguesas.

"A contribuição da população ribeirinha do Paraguaçu se deu também na retaliação ao abastecimento de Salvador, porque era o Recôncavo que abastecia a cidade. Era uma forma de minar, enfraquecer as tropas portuguesas. Houve, então, um aumento do preço dos gêneros alimentícios", completa o historiador Luís Cláudio.

HISTÓRIA DE PESCADOR – A rotina de Lalau, Queima-roupa e Cabelo é ditada pela maré. Às 4h30 da manhã estão a postos em São Francisco do Paraguaçu. Lá, cerca de mil pessoas sobrevivem basicamente da atividade pesqueira. "Após, a vida aqui é assim, ou se vive da pesca ou do mato", resume o pescador Queima-roupa.

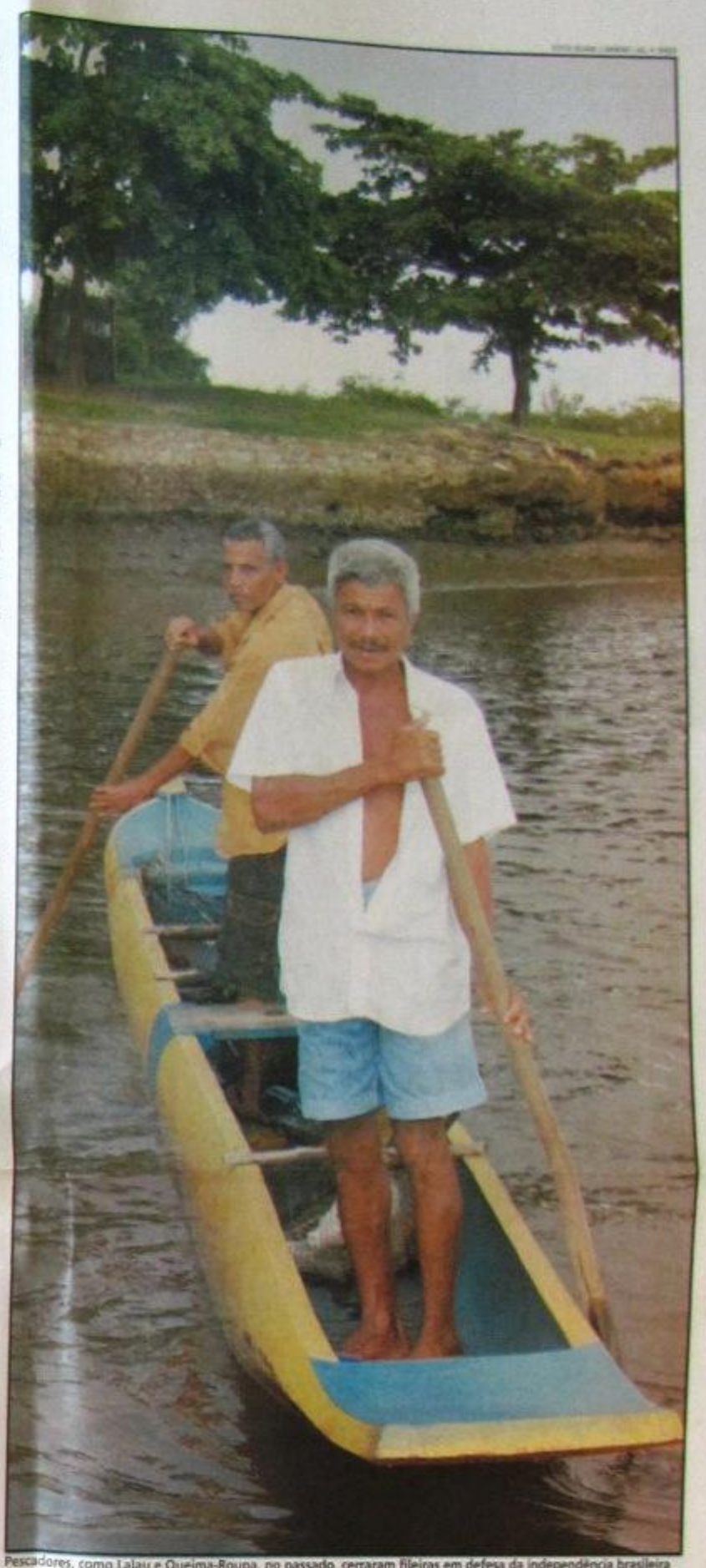
Os caros leitores podem perguntar o porquê do apelido. "Tomei uma virada [traição da mulher]. Quando cheguei em casa e, ainda por cima, vi uma moringa, um burrão, tudo vazio, aí quebrei tudo, queimei toda a roupa dela e mandei ir embora", conta Queima-Roupa o seu infortúnio, sem deixar de lado uma gargalhada para acompanhar a sua história.

Tomar uma "virada" não foi drama apenas de Queima-Roupa. Lalau confessou também ter passado pelo mesmo. O pescador só não quis dizer o porquê de seu apelido. Ainda com sorriso de menino pequeno, Lalau apenas afirmou que a alcunha nada tem a ver com o que se pode pensar de primeira, ou seja, passar a mão no que é dos outros. "Desde criança me botaram esse apelido", finaliza.

Essa gente de coração aberto proseia com o visitante por horas a fio, se possível. O quase octogenário Cabelo aproveita para esbanjar o conhecimento adquirido ao longo de todos esses anos de contato próximo com o Paraguaçu.

"Pesco de tudo, de rede, de tarrafa; já peguei peixe de mais de cento e tantos quilos". Cheio de orgulho, faz questão de dizer que é marinheiro, de carteirinha e tudo, tirada, primeiro, em Maragojipe e, depois, em Salvador.

"Ta vendo lá embaixo, o outro lado?" – aponta para a fugídia margem do Paraguaçu no local. "Se precisar, vou nadando até lá. Eu só não quero ficar parado, para os meus nervos não *amolecer*".



Pescadores, como Lalau e Queima-Roupa, no passado, cerraram fileiras em defesa da independência brasileira

Dona Edinha do Samba levou para a praça sua homenagem aos caboclos, unindo civismo e religiosidade

Criatividade louva os antepassados

Antes de ir à celebração do dia 25, em Cachoeira, na semana passada, Maria Edna Conceição dos Santos, 56 anos, a popular dona Edinha do Samba, fez um descarrego com banho de folhas, para afastar os espíritos ruins. No dia anterior, a ialorixá filha de Oxum – não à toa mora às margens do Paraguaçu –, já havia "arriado" no mato uma oferenda aos caboclos, pedindo licença para ir pra rua.

Nascida e criada em Cachoeira, a também costureira e sambadeira este ano realizou um sonho de seus antepassados. Saiu no desfile do dia 25 com seu bloco *Tribo Tucurumin Auê*, composto de meninas do bairro Viradouro vestidas de caboclinhas. A tradução para o português da frase tupi que dá nome ao bloco é "Pequenos Guerreiros".

Dona Edinha estava cansada, por ter costurado todas as roupas das meninas, porém feliz. "Estou andando por amor a meus bisavós e tartaravós, que foram *pego* a dente de cachorro e lutaram pela independência".

CAVALEIROS – Antero Leal, no vigor dos seus 81 anos, ainda tentava manter a tradição dos cavaleiros que também participam do desfile. Estes homens em seus cavalos são uma reatualização das tropas de cavaleiros que, na guerra contra os lusitanos, cavalgavam da Praça da Aclamação aos extremos da cidade – informa o historiador Luís Claudio Henrique Tavares.

Nascido em Conceição da Feira, na região do Paraguaçu, e vaqueiro desde os 15 anos, Antero Leal conheceu a festa da cidade, ainda menino. Encourado, com o cavalo devidamente caracterizado, no último dia 25 de junho, Antero era um dos poucos a reviver a tradição em Cachoeira. "O desfile de cavaleiro antes saía na frente, hoje praticamente não tem convite, nem organização. Parece que não dão mais importância aos cavaleiros", lamentou o vaqueiro.

APÓS 183 ANOS, OS AFRODESCENDENTES
COMEMORAM A 1ª PARTICIPAÇÃO DE MARIA FELIPA
GUERREIRA NEGRA DA ILHA DE ITAPARICA,
NO DESFILE DO 2 DE JULHO.

Bandeira, brado, protesto e bom humor têm espaço garantido

1822. Novembro

Acontece a Batalha de Pirajá. É o episódio que envolve o corneteiro Lopes – não se sabe ao certo por que tocou o avançar quando os brasileiros estavam em desvantagem, os levando ao ânimo e à vitória |

No 25 de junho, em Cachoeira, a beleza das irmãs da Boa Morte

1823. Maio

O general Labatut é destituído do comando das tropas brasileiras por uma rebelião de oficiais. O coronel José Joaquim de Lima e Silva assume o Exército. A guerra se aproxima do fim |

RELIGIÃO | Crença no poder e mistérios das águas é herança de culturas diversas

Paraguaçu é também o palco da gente de fé

CLEIDIANA RAMOS
cramos@grupoatarde.com.br

Sentado num banquinho, Irineu Ferreira, 84 anos, vai desfiando histórias que demonstram a sabedoria única do povo-de-santo, nome carinhoso que a comunidade do candomblé usa para falar de si mesma. Ele fala de fé e sua força.

"A gente tem que acreditar na coisa. Quem não tem princípio, não tem história e não tem vida pra contar", resume. O cenário ao fundo do bate-papo com seu Irineu é o Rio Paraguaçu, que banha os degraus do barracão do terreiro Raiz de Ayrá. Na sólida construção, que resiste à força das águas, divindades ancestrais são saudadas.

Para seu Irineu, o lugar estava à sua espera há 28 anos para receber a pedra fundamental do terreiro, na Rua Varre Estrada em São Félix, a 110 quilômetros de Salvador. Foi o pouso final de uma casa de culto com história longa, iniciada com o babalorixá João Balbino dos Santos (1902-1975).

O primeiro endereço foi o km-310, onde hoje está a barragem de Pedra do Cavalo. Em 1959, o terreiro chegou a ficar em Salvador, no Matatu, mas depois foi levado por pai Balbino para Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

O destino do terreiro, após a morte do babalorixá, acabou nas mãos de seu Irineu, que trouxe os fundamentos religiosos de volta a São Félix. Em região de religiosidade afro-baiana muito forte, a casa é um achado por sua localização, afinal seus degraus acabam num rio que chega ao Recôncavo com cara de mar. Festa, então, para o povo de candomblé, que tem as águas como um elemento fundamental para o seu culto.

"Tava aqui a área e ninguém queria. Tinha uma casa pequeninha com um quartinho pequeno que só dava para o sujeito já deitar vestido. Mas ele tinha que ser aqui", diz seu Irineu, com um sorriso que demonstra a segurança de quem sabe o que está falando.

FORÇA – A construção resistiu a duas enchentes. "A água veio a primeira vez quando ainda estava no começo. Depois voltou, quando já estava tudo pronto, mas estamos aqui", acrescenta. A força para resistir, seu Irineu resume numa frase. "A água só leva o que é dela, o que é nosso, ela deixa".

O terreiro tem uma perfeita interação com a natureza, como manda o candomblé. Além do Paraguaçu banhando os batentes do barracão, no meio da construção há uma árvore consagrada a Xangô, orixá do fogo e da justiça. "Minha irmã pediu para deixar ela aí. Ela disse que é um presente para Xangô", relata seu Irineu, referindo-se à sua irmã de sangue e santo, mãe Mariá Kessi, que está no comando do terreiro.

A tradição da Casa é nagô-vodum. Diferente de Salvador, onde nagô é também entendido como ketu, em Cachoeira e São Félix o termo nagô reúne uma diversidade de culto, como destacou o antropólogo Vilson Caetano de Sousa Júnior no livro *Nagô, a nação de ancestrais itinerantes*.

E ter um terreiro com o barracão tão perto da margem do rio realmente não é algo muito comum. Seu Irineu tem consciência da posição privilegiada da Casa. "Eu andei em uns 200 terreiros como delegado da Federação Nacional do Culto Afro (Fenacab), e assim como o nosso realmente não tem. É uma bênção para a gente".

PEDRAS – As riquezas religiosas são muitas. Em frente aos degraus do barracão, por exemplo, fica a Pedra do Vaqueiro. Dentro da água, o local é ideal para as celebrações. O porquê é explicado por seu Irineu: "É um santuário. Lá parece um altar. Tem lugar para botar as coisas de obrigação, tudo no lugar certinho", completa.

A Pedra do Vaqueiro é apenas uma das tantas (e elas são importantes para o povo-de-santo) listadas por seu Irineu: tem a Pedra Lisa, a Branca, a do Candomblé. Todas em trechos do Paraguaçu. E a longa convivência fez com que a comunidade do terreiro e o rio se entendam à perfeição.

"Quando estavam fazendo a Barragem de Pedra do Cavalo, os engenheiros vieram aqui e me perguntaram um monte de coisas. Uma delas era saber quanto de profundidade tinha a casa para resistir à água. Mas não tem segredo. Eu apenas observei a maré de março, que é a maior, marquei o ponto até onde a água chegou e construí a casa na altura", revela seu Irineu, concluindo o relato com uma sonora gargalhada.

HERANÇA – Primeiro, foram os indígenas com suas divindades aquáticas. Logo chegaram os africanos, que também tinham as águas como um forte componente da sua religiosidade. A tradição européia deixou sua marca também, afinal o rio virou habitat da sereia, que até então tinha o mar como limite dos seus domínios.

"No caso da tradição africana, vieram para o Brasil orixás que são rios na África, como Oyá, Iemanjá, Oxum", enumera o doutor em antropologia Vilson Caetano de Sousa Júnior, que é também diretor do Centro de Estudos das Populações Afro-Indo-Americanas (Cepaia), pertencente à Uneb.

Caetano destaca a força que essas tradições ganharam no entorno do Paraguaçu. "Há a famosa Pedra da Baleia em Cachoeira, que é tida como local do encantamento de Iemanjá em forma de baleia. Para mim, é uma tradição daomeana, pois no Maranhão há também a lenda da moça que se encanta em boto", acrescenta.

Na Pedra da Baleia, são deixados presentes e oferendas para as divindades das águas. As tradições são fortemente marcadas na região pelo modelo nagô-vodum, que envolve herança da cultura dos povos de língua iorubá, mas também dos fante axante, um ramo jeje. "Longe de remeter somente às tradições iorubás vindas do antigo reino de ketu, a nação de candomblé nagô, nas cidades de Cachoeira e São Félix, possui outro significado ou passa por outras referências e construções ligando-se profundamente a tradições vindas do antigo Daomé, ao lado de tantas outras", completa Caetano.

"Quem não tem princípio, não tem história e não tem vida pra contar", ensina o religioso Irineu Ferreira

Caboclos unem civismo e tradição da religiosidade

Como em Salvador, não acontece a festa da Independência em Cachoeira e São Félix sem a presença do caboclo e da cabocla. De símbolos de representação do povo esquecido, portanto ícone de protesto, eles acabaram se confundindo com os encantados das religiões afro-brasileiras.

Os caboclos acabaram evoluindo para a dimensão do sagrado. O tema foi, inclusive, tema do estudo do antropólogo e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Ufba (Ceao), Jocélio Teles, transformado no livro *O Dono da Terra. O Caboclo nos Candomblés da Bahia*.

O caboclo é uma divindade que fica no plano dos encantados, pois é diferente de inquices, voduns e orixás, principais categorias das tradições de candomblé angola, jeje e ketu, respectivamente. É irreverente e tem como seus principais atributos praticar a caridade e a cura. "Caboclo não tem pai ou mãe", é o que mais se ouve no candomblé, pois, para eles, não se iniciam as pessoas.

Em São Félix e Cachoeira, o caboclo e a cabocla ficam separados durante o ano inteiro e se encontram durante os festejos, que vão de 24 de junho a 2 de julho, envolvendo as duas cidades. A mistura entre tradição cívica e religiosa gerou recentemente em Cachoeira um desses acontecimentos para fazer parte das boas histórias da Bahia. Um terreiro de candomblé pediu à presidência da Câmara o caboclo do desfile do 25 de junho para fazer parte de um ritual religioso.

O homenageado no terreiro era o caboclo Guarani. A permissão foi dada, mas a polêmica ganhou a cidade. Questões como a confusão entre o público e o privado ficaram para escanteio. O que mais chamou a atenção foi um questionamento religioso:

"O ritual era para o caboclo Guarani, mas e se o caboclo do 25 de junho for na verdade Sultão das Matas?", conta uma fonte que pede anonimato. O caso gerou um debate intenso, afinal é grande a lista de nomes destes encantados. Depois do passeio, o caboclo voltou para a Câmara, rodeado de pistas sobre pedidos à sua força. Foi uma amostra de que, debates à parte sobre o que é laico e o que é religioso, em terra cercada de magia não dá para duvidar tanto.

O caboclo fica em Cachoeira, e a cabocla, em São Félix. O casal só é reunido durante os festejos em comemoração aos eventos da Independência

Linha do Tempo

Valem muita elegância e alegria para festejar o 2 de julho

1823. Julho

Esgotado pela fome, afinal as entradas da cidade estavam obstruídas, Madeira de Melo resolve abandonar a cidade. O chamado "Exército Libertador" desfila triunfalmente pelas ruas da capital da Bahia.

Quem tem fé não dispensa o pedido de bênção ao caboclo

1824. Julho

O povo que deu a base para a os pelotões de batalha foi deixado de lado. Escravos, por exemplo, não ganharam a liberdade. Em protesto, refizeram o caminho do exército vitorioso em Salvador.

NAVEGAÇÃO | A linha náutica Salvador-Maragojipe traz saudades aos moradores ribeirinhos, que ainda sonham em revivê-la

Histórias do cais vazio

CLAUDIO LEAL
claudiol@grupoatarde.com.br

Na Ponta do Ferreiro, onde o Rio Paraguaçu dobra em direção à foz, os passageiros do navio avistavam o último pedaço de Maragojipe, no Recôncavo baiano. Mãos dadas ao pai, Ronaldo Souza embarcava, aos 10 anos, para Salvador, onde seguiria os estudos. Era de amargar, o Cais do Caijá a distância.

"Nunca mais me esqueci. Chorei lágrimas sentidíssimas", lembra o odontólogo e professor Ronaldo Souza, 68, que recitou o prólogo do livro *Espumas Flutuantes*, do poeta Castro Alves, ao descrever a trajetória do navio Maragojipe, escrita nas águas – *"Mas, como as espumas flutuantes levam, boiando nas solidões marinhas, a lágrima saudosa do marujo..."*

Quem anda pelo Caijá, desde que o navio partiu, definitivamente, na década de 90, ainda espera ouvir o apito e sentir as dores de uma despedida no Ferreiro.

Debruçado no cais vazio, freqüentado hoje por pequenas embarcações, Rubens Barbosa Saad guarda os detalhes da decadência. "Na época, a população caiu do altar. Saiu a tal da besta de levar e deixar na porta de casa. O navio ficava com quatro, cinco pessoas".

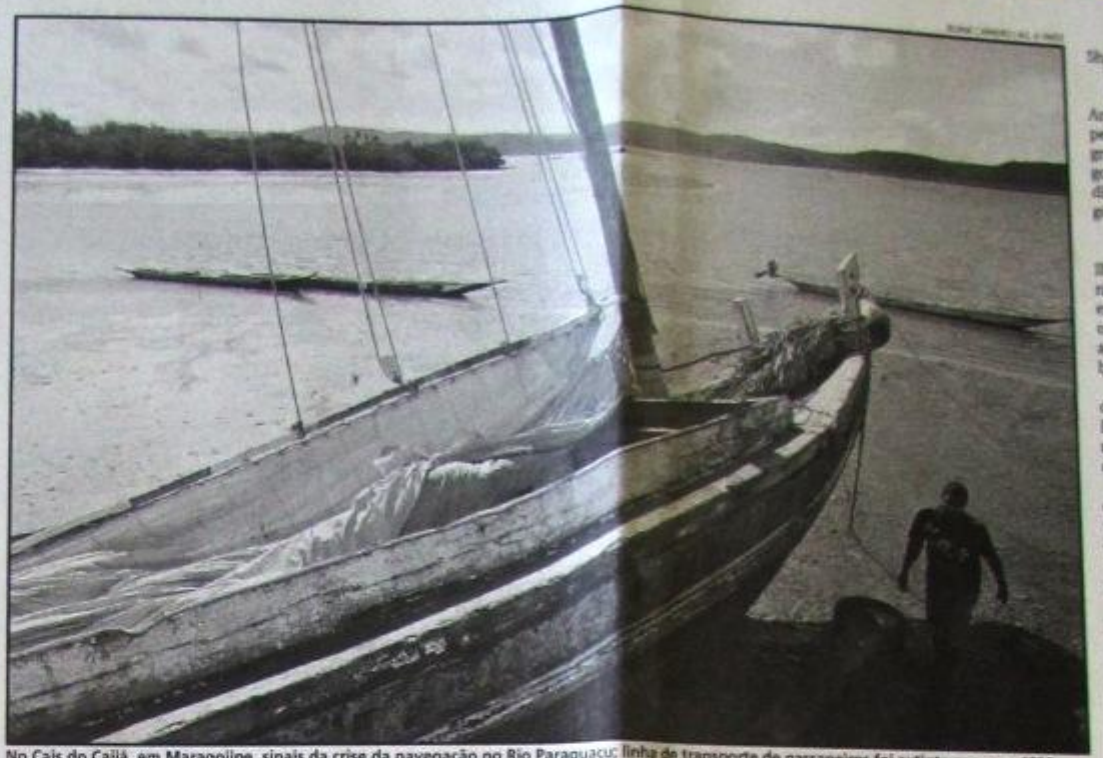
Guarda municipal, Saad esquece a data exata da última viagem, mas seu olhar melancólico sobre a imagem de estaleiros e cais vazios entrega o sentimento de perda. "Isso aqui, às 5 horas, ficava cheio de gente. O navio chegava apitando, era a maior alegria". Na última viagem, quebrou no meio do caminho – seguiu a reboque.

O COMANDANTE.

– Bombordo!

– Boreste!

Os gritos do comandante Dedé se amarraram à memória do professor Ronaldo. Corpo mirrado, pele tostada, ele morava na Ribeira, em Salvador, e berrava os desvios urgentes, quando as coroas de areia, do arriscado trecho de Cachoeira, se anunciavam na água turva. Na casa das máquinas, braços rijos reagiam às ordens e determinavam o rumo.



No Cais do Caijá, em Maragojipe, sinais da crise da navegação no Rio Paraguaçu: linha de transporte de passageiros foi extinta nos anos 1990

Em Salamina, a canoa do fazendeiro Rosalvo Sanches se aproximava do navio. Terno branco e charuto a enriquecer a silhueta, subia triunfalmente, para ser acolhido ao lado do timoneiro.

A divisão social do navio evoca o tempo em que o Recôncavo ainda contava com uma elite influente e ciosa de suas pompas. Instigado a lembrar-se do interior do navio Maragojipe, o professor usa as mãos para estabelecer os espaços: "O bar era no andar do meio, circular. Havia as espreguiçadeiras. Embaixo, o alojamento dos tripulantes, a casa das máquinas. Ali, os mais pobres estendiam suas redes. Em cima, a casa do comando".

"As cadeiras, confortos, tudo de acordo como ele era", complementa Rubens Saad.

Os vilarejos corriam ao Caijá, com malas, mariscos e gaiolas. Às 5h, o navio partia.

DESAFORO.

Do aposentado Albérico Hugo Amorim, conhecedor do rio e dos peixes, quando indagado sobre graciosas histórias do navio Maragojipe: "Só sei dizer o que eu lhe disse, o que sei de verdade. Esse negócio de inventar não é comigo".

CONTRACORRENTE.

Rumper as vagas, na altura da Ilha do Medo, abalava por meia hora o navio do comandante Dedé. A entrada do mar, rio adentro, salgou o curvo final do Paraguaçu – com alguma medida de grandeza, os ribeirinhos chamam o rio de "mar".

A construção da Barragem Pedra do Cavalo, no governo João Durval, amansou o rio. Mas os moradores de Maragojipe apontam desequilíbrios ecológicos.

"Os rios cercam 3/4 de nossa cidade. A barragem pegou o rio e paralisou sua vinda – porque o rio anda e às vezes resmunga –, e a vida deixou de correr no leito, sedimentada na represa", lamenta Souza.

Com freqüência, pescadores relacionam a redução da piscosidade do Paraguaçu ao movimento das comportas de Pedra do Cavalo. Apesar da importância para a economia local, o declínio da pesca e do transporte de saveiros pode ser sentido pelo pequeno número de barcos ancorados. "Agora, há mais canoas de fibra", diz Rubens Barbosa. Só os moradores não abandonaram o cais. "Pela tarde, o povo vem aproveitar o vento. É um fresco insuportável".

Os maragojipanos insistem em imaginar o retorno do transporte marítimo. Ronaldo Souza acredita que "foram interesses escusos que levaram a Companhia de Navegação Bahiana a cortar a linha com Salvador, quando se julgou falida". Sustenta que há razão turística para revivê-la – a beleza natural da região –, além da emotiva de resprender a alegrar-se com o apito de um navio.

> "Isso aqui ficava cheio de gente. O navio chegava apitando, era a maior alegria"
>
> **Rubens Barbosa**, guarda municipal I

> "O maragojipano nunca passou fome por causa do mar. Somos filhos da lama, queremos mangue"
>
> **Ronaldo Souza**, odontólogo e professor I

O lento declínio do Recôncavo baiano

Rubens Barbosa Saad, guardião do Cais do Caijá

Antes do governo Lomanto Júnior (1963-1967), o mar era a única saída de Maragojipe. Com a construção da estrada, o transporte rodoviário desbancou, gradualmente, o fluxo de passageiros do navio.

Mas a morte da linha Salvador-Maragojipe é também um efeito da perda de representatividade política do Recôncavo baiano, berço de senhores de baraço e cutelo. Nos caminhos de Santo Amaro, as ruínas de engenhos entristecem a paisagem.

Em Maragojipe, o fechamento da fábrica de charutos Suerdick, em 1992, enfraqueceu ainda mais a economia local. A indústria fumageira empregava quatro mil trabalhadores e esteve ligada, historicamente, ao desenvolvimento da cidade. "Ela trouxe o primeiro centro tisiológico da Bahia, o primeiro clube, a primeira rádio e esportes como boliche, basquete e vôlei. Trabalhar na Suerdick era o supra-sumo", conta o professor Ronaldo Souza.

Homem de letras e com vasto conhecimento histórico, Ronaldo se emociona ao falar de Maragojipe, a patriótica das lutas da Independência da Bahia. Combate os inimigos internos do rio e da cidade – ex-prefeitos ("maragojipanos de fim de semana") que atentaram contra as tradições locais.

Um desses semiforasteiros resolveu cortar o mangue para criar uma praia às margens do Paraguaçu. O bom senso levou ao replantio. Junto com Carlinhos de Tote, iniciou um programa de educação ambiental em áreas de mangue. "Fizemos uma revolução através do magistério", conta o professor.

Numa definição que lembra o objeto poético de João Cabral de Melo Neto, e as tragédias dos mangues de Recife, ele define: "O maragojipano nunca passou fome por causa do mar. Somos filhos da lama, do mangue, queremos mangue".

Os saveiros são outra ausência doída. Ex-revendedor de marisco e camarão Rubens Saad recorda-se das viagens até a rampa do Mercado Modelo, logo mais substituída pela Feira de São Joaquim.

Depois de o abastecimento de Salvador ser escoado pelas rodovias, os velhos saveiros encolheram as velas. "O transporte marítimo deixava as coisas mais baratas para os pescadores. Em cidade pobre, qualquer coisa mais barata é melhor", opina o aposentado Albérico Amorim.

Hoje, cerca de quatro saveiros fazem a travessia da baía de Todos os Santos. Sem demanda, os estaleiros silenciaram.

Ronaldo Souza, 68 anos: memória de Maragojipe

ARTIGO I

Saveiro de saudades

RONALDO SOUZA | PROFESSOR

Cresci vendo os saveiros no cais do Caijá. Guindastes imensos retiravam os fardos do fumo que vinham de Sumatra, Havana e Arapiraca para a fábrica. Depois, as gruas estavam no ventre dos grandes saveiros, os charutos já feitos para a Europa e outros países das américas.

Cresci vendo toda quinta-feira a feira da exportação.

Para Salvador, desciam, pelo rio-mar, carregamentos de farinha de mandioca (a da serra da Copioba, inigualável), frutos da época, inhames, verduras, legumes e também os frutos do mar: catados de siris e caranguejos, ostras e sururus, imensos camarões-pistola e sete-barbas.

Eram quase 100 saveiros fazendo o percurso Maragojipe-Salvador, enfeitando o rio com suas velas pandas e os sugestivos nomes de mestres eméritos na arte de buscar o vento e com ele navegar.

Com os velhos mestres do mar, aprendi o segredo da navegação: "A gente não faz os ventos, mas pode ajustar as velas", dizia um antigo marinheiro.

Foi aqui, no cais de Maragojipe, que imaginei Guma e Lívia ganhando a corrida contra mestre Manoel e Maria Clara, pelos meandros do rio. Várias vezes o amado Jorge cantou a saga dos saveiros e dos saveiristas, mestres do mar da Baía de Todos os Santos.

Portanto, eram os saveiros a mola mestra da pujante economia de Maragojipe. Quando existia tão-somente a estrada do mar, a ponte de tábuas, as estrelas para guiar a rota, as velas infladas pelos ventos da viração, as moquecas na popa dos saveiros e o feicho de luz prateada riscando as águas mansas do Paraguaçu.

Canto minha terra, meus saveiros, na lembrança do "vendaval" que me trouxe no maio distante para beijar minha mãe em seu dia e para ver a namorada que exigia presença e afeto.

Café em canecas de flandres, noites estrelejadas de luzes e segredos, brisa suave e uma calmaria que embalava o saveiro, os tripulantes e eu.

Hoje, são cinco saveiros a navegar.

Com meu graminho, construo meu saveiro de saudades e o lanço dos mares amenos de minha mocidade aqui em Maragojipe, no cais do Caijá, velho e só alquebrado grumete de águas doridas e maltratadas de minha vida.

Linha do Tempo

Os heróis anônimos das lutas também devem ser lembrados

Festa do Povo

O protesto popular acabou sendo o berço da comemoração do 2 de julho em Salvador, que mistura desfile cívico e manifestação espontânea. Até os políticos aproveitam para medir sua popularidade I

Onde termina o cívico e começa o religioso? Cultos afros sabem

Fé nos Caboclos

O caboclo e a cabocla ultrapassaram a simbologia de representação do povo brasileiro e ganharam conotação religiosa. Eles se confundem com os encantados da tradição afro-brasileira I

PATRIMÔNIO | A riqueza da arquitetura religiosa e secular espera restauração

Beleza desrespeitada

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br

Precisa-se de um patrocinador – com urgência – para bancar a restauração do Convento e da Igreja de Santo Antônio, em São Francisco do Paraguaçu, distante 44 quilômetros de Cachoeira, no Recôncavo baiano. O conjunto com fachada escalonada parece sair da água para se tornar exuberante e não pode se esfarelar, depois de quase 350 anos de existência. A edificação tem sofrido tanto por vandalismos e roubos, quanto por reformas inócuas, se comparadas à grandiosidade do monumento.

A recomendação é a de que o interessado em salvar tal patrimônio pegue um barco em Cachoeira e desça o Paraguaçu, cerca de 10 quilômetros, até se deparar com os 3.816 m² de área construída, durante 26 anos do século XVII (entre 1660 e 1686). Entre ela e a natureza, existe um trato de integração, e, sob todos os ângulos, cada uma pode ser apreciada.

Tanto do rio, para ver o frontispício majestoso, quanto de dentro da edificação, através de suas janelas, pode-se olhar a Bacia do Iguape e quem nela navega ou pesca em canoa, entoando cantigas na imensidão e na chuva.

Na verdade, admira-se a beleza da região em um crescente que começa – se o visitante preferir vir de carro – pela estrada de chão batido para Santiago do Iguape, desvio da rodovia BA-026, que liga Santo Amaro e Cachoeira. Assim chega-se a Opalma (povoado que tem o nome da empresa agroindustrial, criada em 1961), onde aparece a Capela de São João Batista, perdida, silenciosa. Pouca gente a encontra – ela serve aos habitantes locais. Mesmo que tenha pegado fogo em 1918 e que em 1920 tenha sofrido uma reconstrução, que retirou aspectos de quando foi construída, a capela mantém sua singeleza. Maria Tereza Ferreira das Neves, 66 anos, oito filhos, toma conta do lugar vazio, onde só se ouvem os pássaros e o barulho de alguma goteira.

O arcebispo da Bahia dom Jerônimo Thomé da Silva assinou portaria para autorizar demolição do que restava do Convento de Santo Antônio e venda do "material existente", além de licença para venda do terreno circundante e pertencente ao conjunto, em 19 de janeiro de 1915, conforme os Anais do Arquivo Público da Bahia, volume 26, de 1938. O secretário da comissão nomeada para executar essas funções foi o próprio comprador do terreno de entorno do convento, que correspondia à horta e ao pomar dos franciscanos.

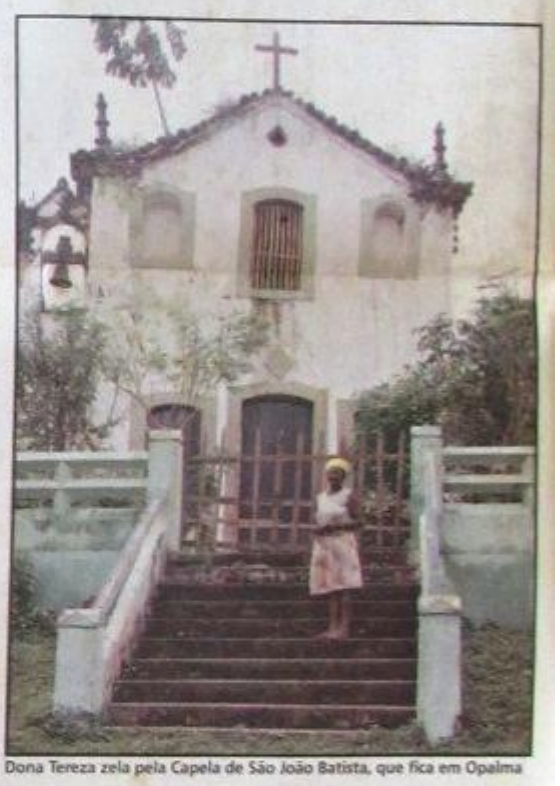
"Não caiu por causa de mim. Quando tem uma pingueira, eu pago para tapar", é o que dona Tereza diz. Sem receber dinheiro, pede um socorro insistente para dar um fim aos cupins que se alastram pelas vigas que sustentam o coro da capela. Foi ela quem pintou a parede de azul a pedido do padre que, de vez em quando, aparece, porque os homens, que deveriam pintá-la, nem se abalam com a situação. Em um corredor lateral tem uma escada pela qual se sobe para o sino. É uma capela minúscula que os turistas iam adorar ver, mas nem passam por perto.

Dali, a caminho de São Francisco do Paraguaçu, encontra-se o povoado de Santiago do Iguape onde a Igreja Matriz tem fachada frontal voltada para o lago que o Paraguaçu forma antes de desaguar na Baía de Todos os Santos e de onde vêm quase todos os peixes e mariscos que os nativos consomem e vendem.

O Paraguaçu passa pela porta da igreja que fica mais para o alto, e entre os dois há um cais e um cruzeiro. Abra a porta principal com cuidado, para que a parte de cima da portada não desabe. Verá uma paisagem lindíssima que se resume a um braço de mar e a um denso manguezal que fica em volta. As canoas e redes ficam expostas pelo gramado e portas das casas vizinhas do templo construído ao final do século XIX e tombado em 1960.

Muita gente gosta de rádio nesse povoado. Por isso, o som sai e entra nas casas sem pedir licença e ainda se confunde com a conversa e a risada educada de moças que catam siri aferventado aproveitando a sombra da igreja. Ali, meninas desfilam tranças e roupas com cores fortes, como se fossem a encarnação da baianidade de agora.

Dona Nilzete Fernandes Pereira, 70 anos, mãe de oito filhos, irmã de 11, dentre eles Dionísio Fernandes Machado, ex-pescador, que aluga rede de pescar de 17 por 120 braças (basta abrir os braços para medir), trabalha para a Matriz, como voluntária, há 19 anos.



Dona Tereza zela pela Capela de São João Batista, que fica em Opalma

O altar-mor perdeu sua talha para os cupins e o abandono

Dona Nilzete mostra o grupo de imagens de Nossa Senhora da Guia, São João, São Roque, São Felipe, Menino Jesus e São Tiago, todas necessitando de restauro, dentro da Matriz de Santiago do Iguape. "A reforma na capela-mor só fez retelhar, mas as goteiras continuaram, sobre os santos", diz ela, sem mencionar a estabilização das torres que ameaçavam cair. Nesse trabalho, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) investiu R$ 300 mil. O mais chocante é ver a parte da parede sem reboco, para mostrar a técnica construtiva das alvenarias do monumento, porque a talha barroca foi toda carcomida por cupins. Por isso, o altar-mor teve que ser isolado pelos próprios moradores de Santiago do Iguape até que o Iphan mandou limpar e deixar do jeito que está agora.

"Morou em Santiago já é pescador", despacha Claudionor Silva de Jesus, 49 anos, um dos mais de 200 homens que vivem do rio nesta vila. Ele, que começou a pescar aos 11 anos, descreve os tipos de produção: É de "groseira" (aparelho no qual se empregam até 200 anzóis), de "calão" (para peixe de rio), tainheira (para tainha), camarãozeira (para camarão) ou de gaiola (para siris).

Deixando Santiago do Iguape, o destino final é São Francisco do Paraguaçu, onde José Garcia da Silva, o Zé de Gringa, toma conta do Convento e Igreja de Santo Antônio. Possivelmente, ele é descendente do senhor de engenho que doou as terras para a construção religiosa no século XVII – Pedro Garcia, que se tornou padre depois de viúvo.

Zé de Gringa (porque a mãe era muito branca) trabalha para Edson Ruben Ivo de Santana, que herdou do avô Veríssimo a responsabilidade de zelar pelo monumento, a partir de um acerto com o superintendente do Iphan, na época, Godofredo Filho, o qual contribuiu para o seu tombamento em 1941. O filho de Ivo, Francisco (Chico) Santana tornou-se arquiteto e funcionário do Iphan por influência da família, que tem ligação com o convento e conta sua história mais recente.

"O convento foi doado pelos franciscanos à Arquidiocese na segunda década do século XX. Há quase 100 anos, minha família toma conta. Voluntariamente. Não existe dinheiro nisso. Pelo contrário, meu bisavô e meu pai pagavam para funcionários deles consertarem e limparem o convento. Isso é paixão", conta Chico Santana.

Zé de Gringa maneja as chaves pesadas, os vergalhões. Mostra que para acionar os sinos basta puxar uma corda lá embaixo mesmo, porque a escada que daria acesso à torre está degradada e perigosa. Bate-se o sino em São Francisco do Paraguaçu em caso de morte, missa ou trezena. O convento fica fechado, mas recebe visitantes esporádicos e acolhe os festejos da comunidade.

Está em ruínas, mas estabilizado, graças às obras que consumiram R$ 1,5 milhão do Iphan ao longo de 20 anos. A igreja tem condições de uso. Está sem parte de seus azulejos e outras peças, como a grade do cancelo, que hoje fecha o corrimão da escadaria do Museu de Arte da Bahia (MAB), na Vitória, em Salvador.

Da Matriz de Santiago do Iguape, vê-se o rio antes de desaguar

Arquidiocese vendeu riquezas doadas pelos franciscanos

Se a pequena Capela de São João Batista é da Arquidiocese de Salvador ou não, o seu ecônomo, monsenhor Ademar Dantas, não tem certeza, mas a considera igualmente por ser um templo católico. Ele nunca esteve lá. Sobre o Convento de Santo Antônio, demonstra interesse.

"Você nem imagina como ficamos (com a degradação). A gente tem lutado (por patrocínio) para restaurá-la. Contatamos uma empresa ítalo-americana e já está apalavrada uma negociação. Aquilo é tombado. A gente está tentando consertar. Do que sobrou, se fez uma conservação", disse o monsenhor, sem mencionar o que aconteceu com o convento anteriormente.

No passado, a Arquidiocese se desfez das riquezas que recebeu dos franciscanos, conta o arquiteto Francisco Santana. A Arquidiocese nomeou uma comissão para vender terras e objetos do conjunto. Um raríssimo lavabo da sacristia, assim como outras peças, foi levado pelo colecionador José Mariano para o Solar Monjope, construído por ele no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. A casa foi demolida às pressas antes que o Iphan conseguisse tombá-la.

Dentro do solar estavam as preciosidades: retábulos, pisos, cadeiral, azulejos do século XVII e forros, dentre outras. O lavabo teria sido retirado da propriedade e doado ao Iphan, mas a transação acabou frustrada e ninguém sabe onde o valioso objeto está agora.

"A Matriz de Santiago do Iguape também está destruída. Conheci há muito tempo. Você pode pedir patrocinador para essa, também", disse o monsenhor Ademar Dantas. "Você sabe que a Arquidiocese sozinha não tem condições de restaurar um patrimônio como aquele", declarou. "Você imagine quando a gente vai lá, como a gente sai. O Iphan tem força e tem dado ajuda, mas depende de pedir e conseguir patrocinador", ressaltou o monsenhor.

O Recôncavo, onde esses monumentos foram construídos, era um centro econômico. Havia ali cerca de 40 engenhos. Os fazendeiros costumavam fazer doações aos religiosos e foi assim que o Convento de Santo Antônio foi erguido pelos franciscanos, que o doaram à Arquidiocese.